

—2—continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA DA SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Companhia: Com base nas informações disponíveis até a data da aprovação dessas Demonstrações Financeiras, conforme descrito acima, a Companhia realizou os procedimentos de análise e apuração das informações descritas em (a) acima, e não identificou evidências que demonstrem a existência de "softwares" nos ativos da Companhia. Em vista dos dados disponíveis até o momento, torna-se impraticável determinar a necessidade de impairment no seu ativo imobilizado em decorrência do tema

alegado pelo acionista indireto conforme mencionado em (b.i) acima, tampouco estimar qualquer valor de ajuste. Adicionalmente, a Companhia realizou teste de impairment de seu ativo imobilizado, sob os critérios estabelecidos pelo CPC 01 / AS 36, e não identificou a necessidade de reconhecimento de perda sobre os valores contábeis em 31 de dezembro de 2017. **(d) Continuidade de Procedimentos:** Em razão da relevância do tema e da continuidade das investigações, inquéritos e processos

relacionados à Lava-Jato, a Administração da Companhia entende ser adequada a continuidade e complementação dos procedimentos realizados até então pela Companhia e por seus consultores, bem como novos procedimentos alinhados com as melhores práticas de compliance e governança corporativa neste contexto, a Diretoria Executiva da Companhia deu ciência ao Conselho de Administração e este autorizou o início das tratativas para contratação de assessor independente para

realização de investigação específica e detalhada sobre os elementos acima descritos. A investigação independente será iniciada em 2018. Até o momento a Administração da Companhia não tem como avaliar a duração ou o resultado final da investigação e, portanto, se ela terá algum impacto nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está comprometida em adotar as medidas necessárias para a elucidação dos fatos e manterá o mercado informado da evolução deste assunto.

DIRETORIA			
Roberto Junqueira Filho Diretor-Presidente	Antonio de Pádua Bemfica Guimarães Diretor	Dimas Mattinguer Diretor	Nimar Sisto Foletto Diretor
			Igor Henrique de Oliveira Silva Contador - CRC 1SP234606/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santo Antônio Energia S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossas operações das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA
Situação financeira da Companhia
(Nota 2.5 às demonstrações financeiras)
A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2017, excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 755.157 mil.

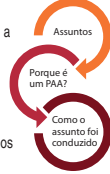
Para equalização da situação do capital circulante negativo, a administração da Companhia realizou os seguintes principais elementos: (i) liberação de recursos da conta reserva de serviço da dívida, que deverão ser substituídos em 2018 por fiança bancária - a conta reserva possui saldo de R\$ 290.233 mil apresentado na conta "Depósitos em garantia" no ativo não circulante, conforme descrito na Nota 7; (ii) geração operacional de caixa, baseada nas projeções de resultado e de fluxos de caixa para os próximos doze meses da data do balanço; (iii) readequação do fluxo de pagamentos do serviço da dívida junto ao BNDES e bancos repassadores.

Dadas as circunstâncias acima descritas, consideramos que este assunto se manteve como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Dentre outros, realizamos os procedimentos de auditoria descritos a seguir.
Obtivemos memorando de avaliação da capacidade financeira preparado pela administração e confrontamos com as projeções de resultados futuros ("Projeções") avaliadas pelo Comitê Financeiro e recomendadas para aprovação do Conselho de Administração.

Aválamos e testamos, com o apoio de nossos especialistas, a razoabilidade: (i) do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as Projeções; (ii) das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, projeções de inflação, preço de venda e comercialização MW, risco hidrológico e taxa de desconto. Adicionalmente, realizamos análises de sensibilidade para as principais premissas das Projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis. Com base nas evidências obtidas, as ações planejadas pela administração da Companhia estão sendo executadas e o sucesso dessas ações é condição essencial para que a Companhia obtenha liberação de recursos, considere geração de caixa esperado e readique seus fluxos de pagamento de serviço da dívida.

Por fim, consideramos que as divulgações efetuadas pela administração nas notas explicativas estão consistentes com as informações e dados obtidos.

**Dispêndios reembolsáveis**

(Nota 8 às demonstrações financeiras)
A Companhia tem registrado contabilmente como "dispêndios reembolsáveis", o valor de R\$ 887.747 mil (líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 678.551 mil) em 31 de dezembro de 2017, referente ao direito contratual de ressarcimento, junto ao Consórcio Construtor Santo Antônio, de perdas incorridas pelo atraso na antecipação da entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, prevista para dezembro de 2011, mas que ocorreu em março de 2012. As partes vêm discutindo a cobrança desse ressarcimento ao longo dos últimos anos. Atualmente, o processo encontra-se em procedimento arbitral com o intuito de dirimir dúvidas quanto à utilização do limitador contratual aplicado pela Companhia na mensuração do valor dos dispêndios reembolsáveis.

Mantivemos esta área como foco em nossa auditoria, pois a mensuração dos dispêndios reembolsáveis envolveu julgamentos relevantes por parte da administração da Companhia.

Dentre outros, efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:
Obtivemos entendimento do desenho dos controles internos para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação da estimativa de ressarcimento dos gastos. Inspeccionamos o relatório de asseguarção do cálculo do ressarcimento dos dispêndios reembolsáveis, emitido por especialistas externos contratados pela administração, para a data-base de 31 de dezembro de 2017, e confrontamos as principais premissas utilizadas para o cálculo com o Contrato para Implementação da UHE Santo Antônio e seus aditivos e com o Contrato de Concessão e seus aditivos. Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas, bem como a competência técnica dos especialistas externos contratados pela Companhia.

Obtivemos confirmação das posições dos assessores jurídicos externos sobre a validade da cobrança do ressarcimento nos termos do contrato firmado entre a Companhia e o consórcio.

Testamos o cálculo dos valores relacionados ao ativo, inclusive de atualização monetária, em 31 de dezembro de 2017.

Consideramos que as premissas utilizadas pela administração para a determinação e mensuração dos dispêndios reembolsáveis pelo atraso da entrada em operação da Usina são razoáveis, suportadas por posições de consultores jurídicos e que as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

(Nota 10 às demonstrações financeiras)
Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado R\$ 627.181 mil de imposto de renda e contribuição social diferidos, substancialmente oriundos de diferenças temporárias, bem como de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a sua utilização, bem como estão limitados aos valores apurados nas projeções até o período de 10 anos. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a análise de realização destes ativos envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras, atividades das projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, dentre as quais, a capacidade de geração de energia no futuro (impactada por riscos hidrológicos), o preço contratado e corrigido dessa energia, além de premissas de custo operacional e financeiros da Companhia.

Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes procedimentos:
Obtivemos entendimento do processo de revisão do plano de negócios que é utilizado para a análise da realização do imposto de renda e contribuição social diferidos considerando um horizonte de 10 anos, permitido pela IN CVM 371/02.

Envolvemos nossos especialistas em temas tributários, assim como em avaliação de empresas, para nos auxiliar nos testes dos cálculos dos créditos e em relação aos modelos e premissas críticas utilizados pela administração. Comparamos essas premissas com informações macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como comparamos as informações dessas projeções com orçamentos submetidos ao Conselho de Administração da Companhia.

Analisamos a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos acumulados ao longo dos exercícios futuros, bem como discutimos as premissas utilizadas pela administração nas suas projeções. Testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos apresentados nas projeções, efetuamos testes de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

Adicionalmente, analisamos os prazos de realização considerados nos estudos da Companhia para testar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores e efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação dos créditos tributários, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a administração da Companhia. Para a elaboração de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colúbia, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Formosmos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 28 de março de 2018

PWC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0

Antártida perde área de gelo submarino do tamanho da ilha Gran Canária

Ex-procuradora venezuelana entrega provas contra Maduro em caso Odebrecht

A missão do satélite CryoSat, da Agência Espacial Europeia (ESA), revelou que, durante os últimos sete anos, a Antártida perdeu uma área de gelo submarino do tamanho da ilha espanhola de Gran Canária, algo em torno de 1,5 mil quilômetros quadrados

Segundo explicou ontem (4) a ESA em uma nota de imprensa, a perda se deve ao fato de que a água quente do oceano que circula abaixo do oceano que circula abaixo da borda flutuante do continente antártico está acabando com o gelo fixado no fundo do mar.

A maior parte das geleiras antárticas fluem diretamente para o oceano através de profundos canais submarinos, e o local onde sua base deixa o leito marinho e começa a flutuar é conhecido como linha de apoio em terra. Estas linhas de apoio em terra costumam estar localizadas a um quilômetro ou mais abaixo do nível do mar e não é possível ter acesso a elas nem sequer com submarinos, por isso que os métodos de detecção remota são extremamente valiosos, acrescentou a ESA.

Agora, um artigo publicado na última edição da revista "Nature Geoscience" descreve a utilização do satélite CryoSat para traçar o movimento das linhas de apoio em terra ao longo de 16 mil quilômetros de litoral da



Água quente do oceano que circula abaixo da borda flutuante do continente antártico está acabando com o gelo fixado no fundo do mar.

Antártida. A pesquisa, dirigida por Hannes Konrad, do Centro para a Observação Polar da Universidade de Leeds (Reino Unido), constata que, entre 2010 e 2017, foram derretidos 1.463 quilômetros quadrados de gelo submarino no Oceano Antártico.

Graças ao CryoSat, a equipe seguiu o movimento das

linhas de apoio em terra da Antártida, para elaborar o primeiro mapa completo que mostra como esta borda submarina está se separando do leito oceânico. As maiores mudanças são apreciadas na Antártida Ocidental, onde mais de uma quinta parte do manto de gelo retrocedeu "a uma velocidade maior do

que o ritmo da deglaciação desde a última Era de Gelo". Segundo Konrad, este estudo demonstra "claramente que está ocorrendo um retrocesso em toda a capa de gelo devido ao degelo da sua base e não só naqueles pontos que tinham sido cartografados até agora".

Este retrocesso teve um enorme impacto nas geleiras interiores, o que contribuiu para o aumento global do nível do mar, explica o cientista. Os pesquisadores demonstraram também que, ainda que o retrocesso da geleira de Thwaites na Antártida Ocidental tenha se acelerado, o da próxima geleira de Pine Island (até agora, um dos que retrocedia a maior velocidade no continente) parou; isto sugere que sua base deixou de derreter. Estas diferenças apontam a natureza complexa da plataforma de gelo do continente, "por isso que a sua detecção nos ajudará a identificar as áreas em que devemos continuar pesquisando", segundo o especialista da Universidade de Leeds (Abr/EFE).



Ex-procuradora-geral da Venezuela Luisa Ortega Díaz.

A ex-procuradora-geral da Venezuela Luisa Ortega Díaz entregou ao Tribunal Supremo, no exílio em Bogotá, provas para que o corte abra um julgamento do presidente do país, Nicolás Maduro, por suposta participação no escândalo de propinas pagas pela construtora brasileira Odebrecht. "Explicar o modus operandi utilizado pela Odebrecht vai ajudar a entender o caso no qual estão envolvidos funcionários do alto escalão da República, principalmente Nicolás Maduro", disse Ortega, na audiência de mérito realizada no Congresso da Colômbia, onde a corte venezuelana funciona no exílio.

O ato contou com a participação dos magistrados do Tribunal Supremo de Justiça que foram cassados pela Assembleia Nacional Constituinte, considerada fraudulenta pela oposição venezuelana e por parte da comunidade internacional. O Supremo funciona no exílio e se autodenomina "legítimo", por considerar que o que atua em Caracas foi nomeado "sem que se cumprissem os requisitos constitucionais".

Na audiência, Ortega entregou documentos nos quais alega que é comprovada a participação de Maduro em casos de propinas da Odebrecht que causaram um "prejuízo ao patrimônio público e um prejuízo à sociedade", e afirmou que as

consequências são vistas na "atual crise humanitária" na Venezuela. A ex-procuradora citou como exemplo de projetos afetados pela corrupção a construção inacabada da segunda ponte sobre o lago de Maracaibo, que custou cerca de US\$ 3,2 bilhões aos cofres públicos, quase US\$ 800 mil a mais que o orçamento inicial.

Foram encontradas informações de pelo menos 13 projetos do Estado encomendados à Odebrecht e que estão na mesma situação, entre eles a Linha 5 do metrô de Caracas, o sistema de transporte público, afirmou Ortega. A ex-procuradora acusou Maduro com base nas delações feitas pelo marqueteiro e assessor político João Santana à Justiça brasileira. De acordo com as delações, o ex-presidente Hugo Chávez e o atual receberam propinas para campanhas políticas em troca de contratos com a multinacional.

"Se ganhassem as eleições, iriam favorecer a Odebrecht em diversos projetos e aumentar o valor de contratos. Foi tal o compromisso de Maduro que, após tomar posse (como presidente) em 19 de abril de 2013, em 4 de maio estava aprovando o número da conta para desembolsar o dinheiro", acrescentou. Diante desses fatos, Ortega pediu ao tribunal no exílio para analisar as provas e iniciar um julgamento do presidente venezuelano.

Rainhas se desentendem em missa na Espanha

As rainhas espanholas Letizia e Sofia protagonizaram um clima de tensão na tradicional missa de Páscoa, realizada no domingo (1), na catedral de Palma de Maiorca, na Espanha. Na saída da cerimônia religiosa, a rainha Sofia, de 79 anos, quis tirar uma foto com suas netas, as princesas Sofia (10) e Leonor (12). No entanto, quando elas se posicionaram para os fotógrafos, a sua nora, Letizia, ficou na frente das câmeras para atrair o registro.

No vídeo divulgado ontem (4) pela imprensa espanhola, também é possível ver que a rainha Letizia colocou uma das mãos na sogra. E em seguida, a princesa Leonor tenta



Letizia atrapalhou a fotografia que Sofia iria tirar com netas.